Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R$ 114.046 mil, Patrimônio Líquido de R$ 842.864 mil e Ativos Totais de R$ 908.857 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 24 de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**46.229**	**22.022**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	4.467	5.823
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	23.803	-
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 15a)	15.447	13.043
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	2.512	2.671
Créditos Tributários (Nota 16c)	-	485
NÃO CIRCULANTE	**862.628**	**768.463**
Realizável a Longo Prazo	**453.162**	**415.230**
Valores a Receber (Nota 8)	436.760	408.288
Depósitos Judiciais (Nota 10b)	12.022	5.107
Créditos Tributários (Nota 16c)	4.380	1.835
Investimentos (Nota 9b)	**409.466**	**353.233**
TOTAL	**908.857**	**790.485**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
CIRCULANTE	**52.623**	**47.832**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16f)	2.660	9.874
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e)	49.887	37.882
Outras Obrigações	76	76
NÃO CIRCULANTE	**13.370**	**6.979**
Provisão para Impostos e Contribuições	562	232
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10b)	12.808	6.747
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**842.864**	**735.674**
Capital Social (Nota 11a)	397.380	350.000
Reservas de Lucros (Nota 11d)	447.018	401.162
Outros Resultados Abrangentes	(1.534)	(15.488)
TOTAL	**908.857**	**790.485**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	**120.526**	**114.062**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	68.107	69.175
Resultado Financeiro (Nota 14)	57.934	48.396
Despesas Tributárias (Nota 12)	(5.090)	(3.011)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(425)	(498)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**120.526**	**114.062**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	**(6.480)**	**(6.446)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**114.046**	**107.616**
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R$ por ação) (Nota 11b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b)	1,48	1,45

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	**114.046**	**107.616**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	13.954	(12.940)
Resultado Abrangente do Exercício	**128.000**	**94.676**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**120.526**	**114.062**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(68.107)	(69.175)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(56.677)	(47.525)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	**(4.258)**	**(2.638)**
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	(23.803)	-
(Aumento)/Redução em Ativos	20.596	(2.254)
Aumento/(Redução) em Obrigações	(5.872)	3.010
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.567)	(15.262)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**(20.904)**	**(17.144)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Investimentos	-	30
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	19.550	17.217
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	**19.550**	**17.247**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social	37.880	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(37.882)	(714)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**(2)**	**(714)**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.356)**	**(611)**
Início do Exercício	5.823	6.434
Fim do Exercício	4.467	5.823
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.356)**	**(611)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**314.000**	**9.367**	**364.746**	**(2.548)**	**-**	**685.565**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	107.616	107.616
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(12.940)	-	(12.940)
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**94.676**
Aumento do Capital Social com Reservas	36.000	-	(36.000)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	5.381	57.668	-	(63.049)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(44.567)	(44.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**350.000**	**14.748**	**386.414**	**(15.488)**	**-**	**735.674**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	114.046	114.046
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	13.954	-	13.954
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**128.000**
Aumento do Capital Social por Subscrição	37.880	-	-	-	-	37.880
Aumento do Capital Social com Reservas	9.500	-	(9.500)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	5.702	49.654	-	(55.356)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(58.690)	(58.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**397.380**	**20.450**	**426.568**	**(1.534)**	**-**	**842.864**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Titanium Holdings S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas, foram elaboradas de forma consistente e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, estão apresentados na Nota 7.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas estão apresentados na Nota 9.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2016 e de 2015, não houve perda por *impairment.*

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

h) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

i) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.

j) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 18.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016:

- No exercício de 2016, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes na IAS 39, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39, foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. A IFRS 9 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados;
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). A IFRS 15 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018; e
- IFRS 16 - *Leasing* - As principais alterações em relação à IAS 17 são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. A IFRS 16 substitui a IAS 17 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Depósito bancário	6	12
Fundos de investimentos financeiros (1)	4.461	5.811
Total	**4.467**	**5.823**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R$ 23.803, com vencimento em dezembro de 2018, sendo seu valor justo igual ao valor contábil.

8) VALORES A RECEBER

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018, no montante de R$ 436.414 (2015 - R$ 407.949).

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A 2
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ 8
MUNDIAL S.A PRODUTOS DE CONSUMO 11
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. 4
TITANIUM HOLDINGS S.A. 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 73 Página 6
São Paulo, quarta-feira, 19 de abril de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 19 de abril de 2017 às 00:09:34.

...continuação

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R$ 68.107 (2015 - R$ 69.175).

b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil) ON	Quantidade de Ações Possuídas (em mil) PN	Participação no Capital Social (%)	Total dos Investimentos 2016	Total dos Investimentos 2015	Ajuste Decorrente de Avaliação (2) 2016	Ajuste Decorrente de Avaliação (2) 2015
							Em 31 de dezembro			
Bradesco (1) (3) (4)	51.100.000	105.742.958	17.894.249	19.549	-	0,3872	409.445	353.213	68.105	69.182
Outros	-	-	-	-	-	-	21	20	2	(7)
Total							**409.466**	**353.233**	**68.107**	**69.175**

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial do Bradesco, foram divulgadas em 24 de fevereiro de 2017; e
(4) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R$ 12.022 (2015 - R$ 5.107). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro 2016	2015
No início do período	**6.747**	**3.336**
Atualizações monetárias	973	409
Constituição	5.088	3.002
No final do período	**12.808**	**6.747**

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro 2016	2015
Ordinárias - classe "A" (I)	38.920.135	37.055.961
Ordinárias - classe "B" (II)	38.920.136	37.055.963
Total	**77.840.271**	**74.111.924**

(I) Cada ação ordinária, classe "A", corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais; e
(II) As ações ordinárias classe "B" são conversíveis, a qualquer tempo e a critério de seus titulares, em ações preferenciais-resgatáveis.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 1º de março de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 37.880, elevando-o de R$ 350.000 para R$ 387.880, mediante a subscrição de 3.728.347 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 1.864.174 da classe "A" e 1.864.173 da classe "B".

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 9.500, elevando-o de R$ 387.880 para R$ 397.380, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro 2016	2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**114.046**	**107.616**
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	76.908	74.112
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	1,48	1,45

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	114.046	
Reserva legal	(5.702)	
Base de cálculo ajustada	**108.344**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	**58.690**	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(8.803)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	**49.887**	**46,0**
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	**37.882**	**37,0**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) Provisionamento de JCP extraordinário, deliberado em 30 de setembro de 2016 e JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2016.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
COFINS	4.284	2.515
PIS	803	487
Outras	3	9
Total	**5.090**	**3.011**

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Patrocínios e doações	306	413
Editais e publicações	93	71
Outras	26	14
Total	**425**	**498**

14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Variação monetária de contrato de mútuo a receber	53.810	47.662
Receitas sobre aplicações financeiras	4.103	871
Outras	21	(137)
Total	**57.934**	**48.396**

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1) 2016	Controlador (1) 2015	Influência significativa (2) 2016	Influência significativa (2) 2015	Outras partes relacionadas (3) 2016	Outras partes relacionadas (3) 2015	Total 2016	Total 2015
						Em 31 de dezembro		
Ativos								
Caixa/disponibilidades	-	-	6	12	-	-	6	12
Aplicações financeiras	-	-	23.803	-	-	-	23.803	-
Valores a receber	-	25.134	-	-	436.414	382.815	436.414	407.949
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	15.447	13.043	-	-	15.447	13.043
Passivos								
Juros sobre capital próprio a pagar	49.887	37.882	-	-	-	-	49.887	37.882
						Exercícios findos em 31 de dezembro		
	Controlador (1) 2016	Controlador (1) 2015	Influência significativa (2) 2016	Influência significativa (2) 2015	Outras partes relacionadas (3) 2016	Outras partes relacionadas (3) 2015	Total 2016	Total 2015
Receitas com juros	212	2.937	-	-	53.598	44.725	53.810	47.662
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(58.690)	(44.567)	25.828	18.963	-	-	(32.862)	(25.604)
Receitas/(despesas) de aplicação	-	-	2.941	-	-	-	2.941	-

(1) Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus");
(2) Bradesco; e
(3) BBD Participações S.A. ("BBD").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**120.526**	**114.062**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(40.979)	(38.781)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas, tributadas nas empresas correspondentes	23.156	23.519
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(8.782)	(6.448)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	19.955	15.153
Outros valores	170	111
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(6.480)**	**(6.446)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.540)	(7.632)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias	2.060	1.186
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(6.480)**	**(6.446)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2015	Constituição	Realização	Em 31 de dezembro 2016
Provisão para contingência fiscal	2.294	2.061	-	4.355
Outras	26	25	(26)	25
Total dos créditos tributários	**2.320**	**2.086**	**(26)**	**4.380**
Obrigações fiscais diferidas	**232**	**330**	**-**	**562**
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	**2.088**	**1.756**	**(26)**	**3.818**

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias: Imposto de renda	Diferenças temporárias: Contribuição social	Total
2017	643	232	875
2018	647	233	880
2019	647	233	880
2020	643	232	875
2021	640	230	870
Total	**3.220**	**1.160**	**4.380**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R$ 2.512 (2015 - R$ 2.671), refere-se a imposto de renda do período atual e de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 2.660 (2015 - R$ 9.874), refere-se a imposto de renda pessoa jurídica, no montante de R$ 2.660 (2015 - R$ 5.440), e imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio (2015 - R$ 4.434).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015; e

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R$ 49.886, mediante a subscrição de 4.662.280 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R$ 10,70 por ação, para subscrição pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores
Domingos Figueiredo de Abreu
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Titanium Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de abril de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A 2
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ 8
MUNDIAL S.A PRODUTOS DE CONSUMO 11
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. 4
TITANIUM HOLDINGS S.A. 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 127 • Número 73
São Paulo, quarta-feira, 19 de abril de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 19 de abril de 2017 às 00:09:35.

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R$ 114.046 mil, Patrimônio Líquido de R$ 842.864 mil e Ativos Totais de R$ 908.857 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 24 de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**46.229**	**22.022**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	4.467	5.823
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	23.803	-
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 15a)	15.447	13.043
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	2.512	2.671
Créditos Tributários (Nota 16c)	-	485
NÃO CIRCULANTE	**862.628**	**768.463**
Realizável a Longo Prazo	**453.162**	**415.230**
Valores a Receber (Nota 8)	436.760	408.288
Depósitos Judiciais (Nota 10b)	12.022	5.107
Créditos Tributários (Nota 16c)	4.380	1.835
Investimentos (Nota 9b)	**409.466**	**353.233**
TOTAL	**908.857**	**790.485**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
CIRCULANTE	**52.623**	**47.832**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16f)	2.660	9.874
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e)	49.887	37.882
Outras Obrigações	76	76
NÃO CIRCULANTE	**13.370**	**6.979**
Provisão para Impostos e Contribuições	562	232
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10b)	12.808	6.747
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**842.864**	**735.674**
Capital Social (Nota 11a)	397.380	350.000
Reservas de Lucros (Nota 11d)	447.018	401.162
Outros Resultados Abrangentes	(1.534)	(15.488)
TOTAL	**908.857**	**790.485**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	**120.526**	**114.062**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	68.107	69.175
Resultado Financeiro (Nota 14)	57.934	48.396
Despesas Tributárias (Nota 12)	(5.090)	(3.011)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(425)	(498)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**120.526**	**114.062**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	**(6.480)**	**(6.446)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**114.046**	**107.616**
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R$ por ação) (Nota 11b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b)	1,48	1,45

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	**114.046**	**107.616**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	13.954	(12.940)
Resultado Abrangente do Exercício	**128.000**	**94.676**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**120.526**	**114.062**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(68.107)	(69.175)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(56.677)	(47.525)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	**(4.258)**	**(2.638)**
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	(23.803)	-
(Aumento)/Redução em Ativos	20.596	(2.254)
Aumento/(Redução) em Obrigações	(5.872)	3.010
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.567)	(15.262)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**(20.904)**	**(17.144)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Investimentos	-	30
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	19.550	17.217
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	**19.550**	**17.247**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social	37.880	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(37.882)	(714)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**(2)**	**(714)**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.356)**	**(611)**
Início do Exercício	5.823	6.434
Fim do Exercício	4.467	5.823
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.356)**	**(611)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**314.000**	**9.367**	**364.746**	**(2.548)**	**-**	**685.565**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	107.616	107.616
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(12.940)	-	(12.940)
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**94.676**
Aumento do Capital Social com Reservas	36.000	-	(36.000)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	5.381	57.668	-	(63.049)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(44.567)	(44.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**350.000**	**14.748**	**386.414**	**(15.488)**	**-**	**735.674**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	114.046	114.046
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	13.954	-	13.954
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**128.000**
Aumento do Capital Social por Subscrição	37.880	-	-	-	-	37.880
Aumento do Capital Social com Reservas	9.500	-	(9.500)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	5.702	49.654	-	(55.356)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(58.690)	(58.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**397.380**	**20.450**	**426.568**	**(1.534)**	**-**	**842.864**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Titanium Holdings S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas, foram elaboradas de forma consistente e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, estão apresentados na Nota 7.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas estão apresentados na Nota 9.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2016 e de 2015, não houve perda por *impairment*.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

h) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

i) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.

j) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 18.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016:

- No exercício de 2016, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes na IAS 39, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39, foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. A IFRS 9 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados;
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). A IFRS 15 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018; e
- IFRS 16 - *Leasing* - As principais alterações em relação à IAS 17 são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. A IFRS 16 substitui a IAS 17 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2016	2015
Depósito bancário	6	12
Fundos de investimentos financeiros (1)	4.461	5.811
Total	**4.467**	**5.823**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R$ 23.803, com vencimento em dezembro de 2018, sendo seu valor justo igual ao valor contábil.

8) VALORES A RECEBER

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018, no montante de R$ 436.414 (2015 - R$ 407.949).

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R$ 68.107 (2015 - R$ 69.175).

b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil) ON	PN	Participação no Capital Social (%)	Total dos Investimentos 2016	2015	Ajuste Decorrente de Avaliação (2) 2016	2015
Bradesco (1) (3) (4)	51.100.000	105.742.958	17.894.249	19.549	-	0,3872	409.445	353.213	68.105	69.182
Outros	-	-	-	-	-	-	21	20	2	(7)
Total							**409.466**	**353.233**	**68.107**	**69.175**

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial do Bradesco, foram divulgadas em 24 de fevereiro de 2017; e
(4) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R$ 12.022 (2015 - R$ 5.107). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro 2016	2015
No início do período	**6.747**	**3.336**
Atualizações monetárias	973	409
Constituição	5.088	3.002
No final do período	**12.808**	**6.747**

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro 2016	2015
Ordinárias - classe "A" (I)	38.920.135	37.055.961
Ordinárias - classe "B" (II)	38.920.136	37.055.963
Total	**77.840.271**	**74.111.924**

(I) Cada ação ordinária, classe "A", corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais; e
(II) As ações ordinárias classe "B" são conversíveis, a qualquer tempo e a critério de seus titulares, em ações preferenciais-resgatáveis.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 1º de março de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 37.880, elevando-o de R$ 350.000 para R$ 387.880, mediante a subscrição de 3.728.347 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 1.864.174 da classe "A" e 1.864.173 da classe "B".

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 9.500, elevando-o de R$ 387.880 para R$ 397.380, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro 2016	2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**114.046**	**107.616**
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	76.908	74.112
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	1,48	1,45

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	114.046	
Reserva legal	(5.702)	
Base de cálculo ajustada	**108.344**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	**58.690**	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(8.803)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	**49.887**	**46,0**
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	**37.882**	**37,0**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) Provisionamento de JCP extraordinário, deliberado em 30 de setembro de 2016 e JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2016.

continua...

...continuação

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
COFINS	4.284	2.515
PIS	803	487
Outras	3	9
Total	**5.090**	**3.011**

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Patrocínios e doações	306	413
Editais e publicações	93	71
Outras	26	14
Total	**425**	**498**

14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Variação monetária de contrato de mútuo a receber	53.810	47.662
Receitas sobre aplicações financeiras	4.103	871
Outras	21	(137)
Total	**57.934**	**48.396**

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro

	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Ativos								
Caixa/disponibilidades	-	-	6	12	-	-	6	12
Aplicações financeiras	-	-	23.803	-	-	-	23.803	-
Valores a receber	-	25.134	-	-	436.414	382.815	436.414	407.949
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	15.447	13.043	-	-	15.447	13.043
Passivos								
Juros sobre capital próprio a pagar	49.887	37.882	-	-	-	-	49.887	37.882

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Receitas com juros	212	2.937	-	-	53.598	44.725	53.810	47.662
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(58.690)	(44.567)	25.828	18.963	-	-	(32.862)	(25.604)
Receitas/(despesas) de aplicação	-	-	2.941	-	-	-	2.941	-

(1) Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus");
(2) Bradesco; e
(3) BBD Participações S.A. ("BBD").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**120.526**	**114.062**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(40.979)	(38.781)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas, tributadas nas empresas correspondentes	23.156	23.519
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(8.782)	(6.448)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	19.955	15.153
Outros valores	170	111
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(6.480)**	**(6.446)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	**2015**
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.540)	(7.632)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias	2.060	1.186
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(6.480)**	**(6.446)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro

	2015	**Constituição**	**Realização**	**2016**
Provisão para contingência fiscal	2.294	2.061	-	4.355
Outras	26	25	(26)	25
Total dos créditos tributários	**2.320**	**2.086**	**(26)**	**4.380**
Obrigações fiscais diferidas	**232**	**330**	**-**	**562**
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	**2.088**	**1.756**	**(26)**	**3.818**

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2017	643	232	875
2018	647	233	880
2019	647	233	880
2020	643	232	875
2021	640	230	870
Total	**3.220**	**1.160**	**4.380**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R$ 2.512 (2015 - R$ 2.671), refere-se a imposto de renda do período atual e de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 2.660 (2015 - R$ 9.874), refere-se a imposto de renda pessoa jurídica, no montante de R$ 2.660 (2015 - R$ 5.440), e imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio (2015 - R$ 4.434).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015; e

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R$ 49.886, mediante a subscrição de 4.662.280 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R$ 10,70 por ação, para subscrição pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores

Domingos Figueiredo de Abreu
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Titanium Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de abril de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

SUPLEMENTOS

Valor ECONÔMICO

Notícias que geram negócios

Uma boa impressão da sua marca nas mãos de quem consome.

ANUNCIE
midiakit.valor.com.br